

## NO CINEMA BRASILEIRO, “O HOMEM POBRE RURAL ESTUDA”? UMA ANÁLISE DOS FILMES “OS NARRADORES DO VALE DE JAVÉ” (2004) E “DOIS FILHOS DE FRANCISCO” (2005)<sup>1</sup>

Agnes Iara Domingos Moraes  
Cláudio Rodrigues da Silva

**Resumo:** Neste texto, apresentam-se, em caráter de ensaio, resultados de estudos com o objetivo de analisar a presença ou a ausência da educação escolar e/ou da escola<sup>2</sup>, em dois filmes brasileiros da década de 2000 que, direta ou indiretamente, abordam a questão da ruralidade.

### Introdução

No cinema brasileiro, “o homem pobre rural” estuda<sup>3</sup>? Historicamente o campo e o rural bem como suas populações, mais especificamente, o “homem pobre rural”, são apresentados no cinema, numa perspectiva urbanocêntrica, como expressão – quando não a causa – do atraso, em oposição à cidade e suas populações, apresentadas como expressão do progresso, da urbanidade, da modernidade (TOLENTINO, 2001).

A escola tem relações intrínsecas com essa prática, uma vez que, sendo um aparelho do Estado, *esteve* a serviço do projeto hegemônico de sociedade e de educação que, no Brasil, em especial nas primeiras décadas do século XX (CARVALHO, 2003), esteve empenhada inclusive em *educar*, ou seja, *urbanizar* – numa perspectiva sanitária (MOTA, 2010) –, as populações do campo que conseguiam acesso à escola.

Ainda que a questão da educação para/no/do<sup>4</sup> campo possa não ser apresentada ou não ser interpretada como relevante, trata-se, atualmente, de um assunto importante e estratégico

---

<sup>1</sup> Este texto tem por objetivo abordar a questão da ruralidade no Brasil, a partir da literatura e do cinema, com aporte de bibliografia da área. A tentativa é de fazer a fusão dos estudos desenvolvidos individualmente pelos autores. A primeira autora dedica-se ao estudo histórico de escolas típicas de ensino primário rural no Estado de São Paulo (1933-1968). O coautor dedica-se ao estudo de educação em movimentos sociais, mais especificamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na linha de política educacional/educação e trabalho em movimentos sociais.

<sup>2</sup> Doravante os termos educação escolar e escola são tratadas, ora como complementares entre si, ora como sinônimos, sendo utilizados isoladamente ou em conjunto.

<sup>3</sup> Expressão ou categoria de Tolentino (2001), ao analisar “o rural no cinema brasileiro”. Neste ensaio faz-se a opção por adotá-la haja vista que, assim como não parece adequado fazer referência à população do campo, como se fosse única e homogênea, dada, entre outras, as especificidades e as diversidades *culturais* existentes entre elas (WELCH, 2012), parece incoerente não fazer o recorte de classe social e, mais ainda, não considerar as diferenças de rendimento para se analisar a questão da educação rural ou da educação do campo. Isso porque, historicamente, o acesso (ou não) à educação escolar teve como critério elementar a posição ocupada na produção (ENQUITA, 1989; PONCE, 1981). Além do recorte específico de classe social, há que se considerar ainda que, segundo Souza (2009) historicamente, em linhas gerais, a educação escolar destinada a populações de áreas rurais esteve aquém, em termos de anos de estudos e de componentes curriculares, da educação propiciada a populações pobres de áreas urbanas.

<sup>4</sup> A opção por fazer referência à educação *para* o campo fundamenta-se no fato de que, a educação estatal propiciada a populações do campo é uma educação rural, ou seja, *para* as populações do campo, e não uma educação *do* campo, concebida e executada a partir da perspectiva dessas populações (CALDART, 2012).

nos mais diferentes sentidos. Comumente a ideia de que o campo já não tem mais expressividade parece decorrer do fato de as populações do campo, serem apresentadas como residuais e em progressivo decréscimo e pelo fato de o Brasil ser apresentado ou interpretado, por certos setores, como um país urbano e industrial.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), as populações do campo perfazem um total de 15,65 % das populações nacionais, em números absolutos equivale a 29.852.986 pessoas. Entretanto essas populações envolvem inúmeras especificidades, o que torna ainda a questão do campo mais complexa (WELCH, 2012).

No Brasil, o campo tem sido tornado, cada vez mais, espaço e objeto de disputas<sup>5</sup> e de conflitos das mais diversas ordens. Um dos aspectos é de natureza econômica, envolvendo principalmente o latifúndio e o agronegócio de um lado, e, de outro, populações do campo, organizadas ou não em movimentos sociais, inclusive com recorrentes registros de assassinatos e chacinas (MAB, 2011; WELCH, 2012). Além disso, as próprias categorias *campo* e *rural*, além de serem objetos de disputas, passam por um momento de necessária redefinição (MARTINS, 2001; SOTO, 2006).

Estudos apontam uma relação direta entre latifúndio e analfabetismo (FERRARO, 2009 apud PERES, 2012). Ainda que não raramente seja tratado por certos segmentos como algo de importância menor ou irrelevante, o domínio da leitura e da escrita – entre outros conteúdos escolares ou científicos –, é importante, quando não indispensável, para o exercício de determinados *direitos de cidadania*, bem como um recurso indispensável para a interlocução com o Estado. Além disso, trata-se de um patrimônio da humanidade, um direito humano. Há que se considerar que essas questões são potencializadas, quando se trata de um modelo de sociedade pautado pelo registro escrito.

As artes, que incluem o cinema, não ficam isentas desses fenômenos e podem retratar ou mesmo servir de veículo de difusão de ideologias que podem contribuir para (des)construção ou não de representações sociais ou estereótipos (SANTOS NETO, 2011; TEIXEIRA, 2012; TOLENTINO, 2001) em relação aos povos do campo. O domínio da leitura e da escrita, em dadas situações, é desejável ou necessário para a participação,

---

Assim, neste texto, utiliza-se *educação rural* para a perspectiva histórica, enquanto *educação do campo* é utilizada para se fazer referência ao momento atual e para interlocução com as perspectivas de movimentos sociais de trabalhadores, como o MST, entre outros.

<sup>5</sup> O campo é um *campo* de/em disputa. A própria concepção de ruralidade e, por conseguinte, de sociologia rural, demanda novas análises e configurações. Dessa forma, pode-se inferir que todas as questões relacionadas à ruralidade também demandam uma redefinição, seja em nível nacional, seja em nível internacional (BERNSTEIN, 2011; MARTINS, 2001).

entendimento e aproveitamento de certas manifestações culturais, como, por exemplo, a literatura, o cinema (com legenda, especialmente), entre outros.

Diante disso, propôs-se, neste texto, a verificar, em filmes brasileiros, a “representação” (CHARTIER, 1991) do “homem pobre rural” no que se refere à educação escolar. O objetivo é analisar a presença ou a ausência da educação escolar, em dois filmes brasileiros<sup>6</sup>, da década de 2000 que, direta ou indiretamente, abordam a questão da ruralidade.

Foram analisados filmes de maior público que, em alguma medida, colocam em tela a questão da ruralidade. Esses filmes foram escolhidos com base na lista de “Filmes Brasileiros Lançados - 1995 a 2011” da Agência Nacional do Cinema (ANCINE, 2012). O *corpus* de análise foi composto pelos filmes: “Os narradores do Vale de Javé” (2004) e “Dois filhos de Francisco: a história de Zezé Di Camargo & Luciano” (2005)<sup>7</sup>.

O interesse em discutir a presença ou ausência da educação escolar nesses filmes decorre principalmente do fato de: a) a bibliografia da história da educação (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012; ÁVILA, 2013; SOUZA, 2009) apontar que historicamente a educação rural foi preterida, com uma rede de escolas incipiente, insuficiente e precária, além de se tratar de uma concepção de educação escolar majoritariamente urbana; b) historicamente o campo e o “homem pobre rural” serem comumente apresentados no cinema de forma estereotipada (SANTOS NETO, 2011; TOLENTINO, 2001); c) atualmente estar em curso uma política estatal de fechamento de escolas em áreas rurais (MST, 2011).

Para atingir o objetivo proposto, foram analisadas imagens e falas presentes nos filmes mencionados que, direta ou indiretamente, fazem menção à educação escolar. Para suporte dessa análise foi utilizada bibliografia que trata da história da educação, do debate atual sobre a educação do campo e da questão da ruralidade no cinema, além de textos específicos sobre os filmes analisados.

A ideia não é cobrar do diretor a necessária presença de imagens ou de falas que remetam à educação escolar, mas, sim, fazer uma *interpretação* específica destes filmes com base na problemática e objetivos propostos. Há que se considerar que um filme possibilita inúmeras interpretações, conforme interesses e expectativas que nem sempre são as do diretor, mas, como aponta Morales (2010, p. 151), “[...] quem nos protege das interpretações?”

Por diversos fatores, a escola, assim como outras instituições, pode ou não estar presentes nos filmes, conforme os respectivos roteiros. De qualquer forma, o roteiro decorre,

---

<sup>6</sup> Os filmes são apresentados em ordem crescente, conforme a recorrência de imagens ou falas relacionadas à educação escolar.

<sup>7</sup> Doravante citado como “Dois filhos de Francisco” (2005).

segundo Teixeira (2012) e Tolentino (2001), de deliberação do diretor. Portanto, ausências ou presenças, bem como as formas como essas presenças ou ausências são mostradas são intencionais. Diante disso, o que se pretende é, a partir do que se mostra ou se fala (ou não), fazer algumas inferências e estabelecer algumas relações com a bibliografia de apoio que trata da história da educação primária rural (ARAÚJO; SOUZA; PINTO, 2012; ÁVILA, 2013; SOUZA, 1998; 2009), da questão do fechamento de escolas em áreas rurais (MST, 2011) e das representações acerca do campo e do “homem pobre rural” (SANTOS NETO, 2011; TOLENTINO, 2001), em especial no que se refere à educação escolar.

## Resultados

No filme “Os narradores do Vale de Javé” (2004)<sup>8</sup>, dirigido por Eliane Caffé, a questão central é a iminente inundação dessa localidade para fins de construção de uma barragem, e mobilizações das populações com vistas a escrever o “livro da salvação”, nos moldes *científicos*, para apresentar às autoridades estatais, na tentativa de se evitar a construção da barragem e, conseqüentemente, a inundação daquele local.

Neste filme não é mostrada a escola, mas, por outro lado, a temática da leitura, da escrita e da ciência, perpassa todo o filme. Contudo, ainda que se possa inferir que não houvesse escola, nada impediria de que projetos de educação escolar ou popular ocorressem em uma casa qualquer ou mesmo no espaço da igreja, o que era ou é comum ocorrer, mesmo porque a própria reunião inicial do povo de Javé para discutir a inundação ocorrera nesse espaço. Entretanto, pelo fato de praticamente toda a população não ser alfabetizada, pode-se inferir que naquele povoado não havia escola nem mesmo projetos de alfabetização. São mostrados, durante o filme, duas personagens, além de Biá, que parecem ter algum domínio da leitura e da escrita. Teriam aprendido a ler onde e com quem? Teriam aprendido em outra localidade ou, então, antes de terem se mudado para Javé?

Nesse filme é recorrente a alta valorização da leitura, da escrita e da ciência. Essa valorização decorria de necessidade específica e urgente, que se tratava da escrita do “livro da salvação”, para tirar as águas do caminho de Javé.

O redigir desse livro demandava domínio da escrita culta ou formal, ou, na expressão dos personagens, da escrita ou da história científica. A questão do registro escrito e da memória oral é um ponto de tensão recorrente no que se refere à educação escolar destinada a populações do campo, mais especificamente ao “homem pobre rural”. Isso porque a escola,

---

<sup>8</sup> Aparecem as seguintes instituições, por ordem de maior incidência: igreja; boteco; armazém; correios e barbearia (que funcionava embaixo de uma árvore).

enquanto um aparelho do Estado, organiza-se na lógica burocrática e dominante, na qual só tem valor o que é escrito e o que é oficial.

“Dois Filhos de Francisco” (2005), dirigido por Breno Silveira, registra o empenho de Francisco para tentar propiciar um *futuro* melhor para seus filhos, por intermédio da profissionalização e da escolarização.

Nesse filme, talvez por estar relacionada ao roteiro do filme, a instituição que mais aparece é a rádio/gravadora, até porque o objetivo de Francisco era tornar dois de seus filhos cantores profissionais de música sertaneja. Era nesse espaço que Francisco tentava inserir seus filhos e também que os meninos se apresentavam e acabavam tendo uma espécie de formação em serviço, além de ser local onde poderiam sair do anonimato e constituir seu repertório.

Este é, entre os filmes analisados, o que a educação escolar para o “homem pobre rural” é mais enfatizada, seja em imagens ou falas, ainda que essas sejam restritas a poucos instantes. Convém destacar – como ressalta Teixeira (2012) ao analisar as representações da periferia no cinema brasileiro – que esses momentos, ainda que restritos a poucos minutos, se considerados em relação ao tempo total do filme, são significativos.

Destaca-se um diálogo, no início do filme, entre Francisco (pai) e Helena (mãe), onde fica explícita a preocupação dele com o *futuro* de seus filhos: “Filho meu tem que ser alguém nessa vida, Helena. E se esse menino não tiver mesmo jeito pra música? Faz o que com ele? [...] Vai passar a vida arano terra pros outros?” (00:10:26).

Em outro momento, essa preocupação também aparece quando Francisco questiona novamente Helena sobre o futuro de seus filhos: “Então fala pro seu filho que ele vai fazer faxina. É isso que você quer? Fala pra ele. Ele vai fazer faxina. Fala pra ele.” (01:04:38).

Uma cena importante é quando a parede de um dos cômodos da casa onde morava a família de Francisco aparece derrubada e o pai de Helena, dono da casa e das terras, questiona o que está sendo feito naquele cômodo e, ao ser informado de que o objetivo era construir uma escola para as crianças, deblatera “Escola pra quê? Pra eles virá vagabundo?” (00:11:28).

Verificam-se diferentes posturas, se se comparar os posicionamentos de Francisco e do pai de Helena. Se se considerar a ênfase dada à educação escolar (GOUVEA; SCHUELER, 2012; REIS FILHO, 1981) que, historicamente, na concepção liberal, *foi* apresentada e entendida como possibilidade de redenção ou ascensão social, de onde viria a representação social do pai de Helena acerca da escola?

Destaca-se ainda quando Francisco procura o prefeito da cidade para exigir a instalação de uma escola no sítio e argumenta: “Dr. Prefeito Neli, estudar é lei, eu ouvi no

rádio<sup>9</sup>. O senhor faz o que o senhor achar melhor.” (00:11:53). Isso exemplifica a distância entre o fato de existir uma legislação e o seu cumprimento. Para que o Estado cumprisse sua obrigação, foi necessário que Francisco fosse cobrar o prefeito, com base lei. Se Francisco, assim como ocorre com a grande parte das populações, não soubesse desse direito, provavelmente seus filhos e outras crianças daquela localidade não teriam acesso à educação escolar.

É interessante, ainda, que em uma das cenas Francisco aparece *vigiando* disfarçadamente o trabalho da professora, que parece ter sido enviada pelo poder municipal ou pelo estadual. Ao se analisar o figurino da personagem que representa a professora, verifica-se certa consonância com a história da educação. Almeida Júnior (SÃO PAULO, 1936, p. 197) ressalta que havia um “[...] contraste entre a cultura da professora e a do roceiro que a hospeda.”, o que poderia ter diversas implicações tanto para as relações pessoais, quanto para o processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Marcílio (2005, p. 174-175): “O professor deveria começar sua carreira pela escola isolada rural [...]. Só depois de cumprido um determinado tempo poderia ser ele removido para uma escola urbana.”. Ou seja, as populações do campo eram entendidas como uma espécie de *laboratório pedagógico*, o que corrobora com o argumento de que a educação para as populações do campo *era* de qualidade inferior à educação propiciada para a população urbana.

Almeida Júnior (SÃO PAULO, 1936), então Diretor do Ensino do Estado de São Paulo, aponta alguns problemas das escolas primárias rurais entre 1935 e 1936. Algumas escolas primárias rurais apresentavam “dificuldade de acesso”, sendo necessário, em determinados casos, viagem de cerca de 32 horas, em diferentes meios de transportes, como por exemplo, caminhão, cavalo, burro e, parte do trajeto, a pé, para que o professor chegasse à escola. Essas escolas e suas professoras encontravam-se em “situação de dependência” em relação aos fazendeiros e seus administradores. Muitas vezes as professoras ficavam hospedadas em um “quarto esburacado, também depósito de arreios”, não tendo sequer como se comunicar com suas famílias. Portanto, as condições de trabalho docente em escolas

---

<sup>9</sup> O rádio parece importante para informação e entretenimento de populações do campo, tanto é que Francisco vai cobrar o prefeito com base em notícias ouvidas no rádio. O rádio é recorrente em diversas cenas dos filmes analisados, talvez porque esse aparelho não necessariamente dependesse de energia elétrica, inexistente ainda hoje em determinadas áreas rurais em diferentes Unidades da Federação, e também pela maior capacidade de recepção de sinal em áreas longínquas ou montanhosas, se comparada à capacidade da televisão, naquele momento, ainda não tão popularizada. É oportuno ressaltar que naquele momento estava ativo o “Projeto Minerva”, um programa “educativo”, de transmissão obrigatória em âmbito nacional pelas emissoras de rádio (CASTRO, 2007).

primárias rurais eram precaríssimas. No entanto, ressalta-se que esses problemas ainda são presentes e recorrentes em algumas regiões do país na atualidade.

Era comum que crianças fossem enviadas a escola até que aprendessem a escrever e a ler o próprio nome, quando eram retiradas da escola, pois eram fundamentais para a economia e o trabalho domésticos. Segundo Almeida Júnior (SÃO PAULO, 1936, p. 199-200, grifos não originais) “A escola do bairro pobre e afastado, quando existe, vae vegetando, tristonha, durante annos e annos, sem nenhum effeito. *Os caipiras a frequentam, aprendem a ler, saem, esquecem. Vem outra turma que por sua vez aprende e por sua vez esquece.*”

O próprio título do filme indica o protagonismo que o diretor constrói a respeito de Francisco. Por isso, talvez, o destaque para seu empenho para a instalação de uma escola no sítio em que morava. Na economia do filme, essa cena parece ter o objetivo de reforçar ainda mais a construção de Francisco como personagem heroico e visionário<sup>10</sup>. Entretanto, ele passa uma visão de educação na perspectiva da teoria do capital humano, portanto, pragmática, restrita à formação para o mercado de trabalho, visão esta que, provavelmente, fez com que muitas crianças ou adolescentes não fossem enviados a escola, ou então fossem dela retirados dela tão logo aprendessem a escrever e a ler o próprio nome, já que, nessa perspectiva, camponês não precisa de estudo.

### **Considerações**

Em relação à educação escolar, o filme em que mais aparecem imagens ou falas é “Dois Filhos de Francisco” (2005). Em “Os Narradores do Vale de Javé” (2004), a leitura, a escrita e a ciência perpassam o filme, contudo, não há imagens que demonstrem ou remetam à escola.

Como ressaltado, o objetivo deste texto foi de verificar a ausência ou a presença da escola nos filmes analisados. A partir dos critérios estabelecidos para este texto, o filme que se destaca pela presença é “Dois Filhos de Francisco” (2005), sendo o filme que se destaca pela ausência “Os Narradores do Vale de Javé” (2004).

Parece importante ressaltar que é recorrente nos dois filmes a presença da igreja, talvez, entre outros motivos, por ser uma instituição presente praticamente em todas as

---

<sup>10</sup> Nas décadas de 1970 e 1980, mesmo estando longe da universalização, a escola tinha avançado no sentido de massificação, ainda que a educação do campo tenha sido historicamente preterida. Somente após a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e regulamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a rigor, o ensino fundamental é tornado direito público subjetivo. Mesmo assim, a educação escolar não está rigorosamente universalizada, ou seja, ainda há parcelas de populações sem acesso a educação escolar, embora seja um direito constitucional.

localidades do Brasil, haja vista a forte tradição católica instituída no país, desde a *chegada* os portugueses.

Portanto, pode-se inferir que a escola não é tema de filme no Brasil, menos ainda em se tratando do “homem pobre rural”, que, no cinema é, segundo Tolentino (2001), associado ao rústico, ao atraso, em oposição ao homem e ao ambiente urbanos, apresentados como sinônimos ou materialização da ciência, do progresso, enfim, da modernidade.

Assim, alguns questionamentos parecem oportunos. Em alguma medida, os filmes analisados naturalizariam a ideia de que o “homem pobre rural” prescindia da educação escolar, independentemente de seus usos ou finalidades?

Poderia ainda sugerir que é intrínseco a populações do campo o analfabetismo? Isso reiteraria históricos estereótipos em relação ao “homem pobre rural” enquanto *atrasado*, *ignorante* e *desinteressado* pela educação escolar? Essa ideia, bastante difundida<sup>11</sup>, é passível de questionamento a partir de uma análise da cena em que a mãe de Souza, em “Os narradores do Vale de Javé” (2004), é mostrada, logo no início do filme, tão entretida com um livro, que sequer interrompe a leitura para atender um cliente em sua mercearia. Se a educação é reconhecida como um *direito de cidadania* e enquanto um direito humano, ao se negar a educação ao “homem pobre rural” que implicações isso teria?

É oportuno ressaltar que, historicamente o “homem pobre rural” foi preterido, em relação aos trabalhadores urbanos, nos mais variados aspectos. Segundo Coutinho (2008, p.123-124) setores importantes das classes trabalhadoras, “[...] como é o caso dos trabalhadores rurais, [foram] excluídos não só dos direitos sociais, mas também – graças à proibição do voto aos analfabetos – dos direitos políticos.”

Segundo Tolentino (2001), no cinema brasileiro, o rural, em certa medida, incomoda e o “homem pobre rural” é apresentado de maneira estereotipada. Ocorreria o mesmo com a escola? Qual a representação social das populações acerca da escola? Se, na perspectiva hegemônica, o cinema é considerado e apresentado unicamente como entretenimento, seria a escola – por conseguinte, o estudo – considerado algo desagradável e penoso, portanto, inviável de ser mostrada, exceto em situações estereotipadas e pejorativas?

A presença ou ausência da escola têm ou podem ter implicações sociológicas que extrapolam as relações estritamente pedagógicas, mesmo porque a educação escolar é indissociável de determinada visão de mundo. Para além da concepção hegemônica de educação, que, majoritariamente, visa à formação pragmática para o mercado de trabalho, a

---

<sup>11</sup> Essa ideia é bastante presente, às vezes, de forma problematizadora, em letras de músicas de *moda de viola* (pagode), que tratam, de maneira até certo ponto polarizada, o campo e a cidade.

educação escolar é, em alguns casos, condição necessária para a participação e usufruto de determinadas manifestações artístico-culturais, como, por exemplo, o cinema legendado e a literatura. O domínio da leitura, da escrita e de conhecimentos científicos – cuja prerrogativa de ensino é oficialmente da escola – é fundamental, se não indispensável, para determinadas situações, em especial num país grafocêntrico como o Brasil.

Os filmes, em linhas gerais, parecem guardar alguma semelhança com o que aponta a história da educação. Em “Dois filhos de Francisco” (2005), a presença de uma escola precária e *improvisada*, conseguida após a iniciativa de Francisco de cobrar do prefeito o cumprimento da lei, e que pode ser resumida em uma *educação pobre para pobres*. Em “Os Narradores do Vale de Javé” (2004), a ausência da escola, bem como o entendimento da educação escolar como algo estritamente pragmático, parecem guardar certa verossimilhança com o que aponta a história da educação, mais especificamente, a história da educação rural.

Por isso a importância de se considerar a educação como decorrente e vinculada à sociedade que a concebe. Assim, seja em seu conteúdo, seja em sua forma, a educação contém uma visão de mundo e, em certa medida, reproduz as ideologias e as estruturas da sociedade. Isso talvez ajude a explicar porque a educação escolar destinada às populações do campo foi, além de inadequada, historicamente preterida e, de certo modo, aquém da educação propiciada às populações da cidade. Deve ser considerado que historicamente o campo e os trabalhadores rurais, foram/são entendidos, como se vivessem e produzissem *em função da* cidade e suas populações.

Parece pertinente repensar a educação rural e a educação do campo, assim como seus desdobramentos teórico-práticos, até porque se trata de um debate histórico e atual. A educação para as populações do campo foi e continua a ser objeto de disputa, ainda mais na atualidade, quando movimentos sociais de trabalhadores, como o MST, disputam com outros segmentos sociais a hegemonia pela educação no campo. Se, há algumas décadas, houve um movimento de instalação de escolas no campo, atualmente verifica-se uma política de fechamento de escolas nessas áreas.

A partir do que apontam Teixeira (2012) e Tolentino (2001) é importante considerar a potencialidade das artes, mais especificamente do cinema, não só como entretenimento, mas também como fator de emancipação humana. Portanto, assim como o cinema é usado para criar ou reforçar estereótipos, pode igualmente ser usado para combatê-los. Além disso, nesse caso, a verossimilhança entre os filmes e a história da educação pode ter um caráter de mútuo complemento.

Pensar sociologicamente o campo e a ruralidade, em especial no que se refere à educação escolar, requer considerar as especificidades e as necessidades das populações de áreas rurais. Isso é ainda mais desafiador pelo fato de a própria concepção de campo e de ruralidade estar em mudança, o que requer, como já ressaltado, repensar a própria sociologia rural.

## Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE). *Filmes Brasileiros Lançados - 1995 a 2011*. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/filmes\\_bilheterias.htm](http://oca.ancine.gov.br/filmes_bilheterias.htm)>. Acesso em: 7 nov. 2012.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva. *História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952) - uma abordagem comparada*. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

BERNSTEIN, Henry. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BRASIL. Constituição (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república e outros ensaios*. Edusp: Bragança Paulista, 2003.

CASTRO, Márcia Prado. *O Projeto Minerva e o desafio de ensinar matemática via rádio*. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao/marcia\\_prado\\_castro.pdf](http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao/marcia_prado_castro.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2012.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. *A História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. p. 13-28.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ENGUITA, Mariano Fernández. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Condições de instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). *Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. p. 329-351.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Primeiros dados do Censo 2010*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=00](http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00)>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31- 36, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a04.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2012.

MORALES, Lúcia Arrais. Um mundo distópico: “Quanto vale ou é por quilo?”. *Baleia na Rede*, Marília, v. 1, n. 7, p. 140-152, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/viewFile/1504/1308>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

MOTA, André. Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 14, n. 32, p. 9-22, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n32/02.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Síntese. MAB – Secretaria Nacional: São Paulo, 2011.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Fechar escola é crime!*. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/campanha-fechar-escola-e-crime-mst>>. Acesso em: 16 nov. 2012.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice, educação e exclusão no semi-árido nordestino: analfabetismo e miséria social nos sertões do Rio Grande do Norte. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX-ENGELS, 7., 2012, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2012. p. 1-10. Disponível em:

<[http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/5865\\_Peris\\_Marcos.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/5865_Peris_Marcos.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2012.

PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal: origens da Escola Pública Paulista*. Campinas: Autores Associados, 1981.

SANTOS NETO, José Leite dos. *Discursos sobre o homem do campo: alguns olhares vindo do cinema*. 2011. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação e da Saúde Pública. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: 1935-1936*. Organizado pelo Prof. A. Almeida Júnior, Director do Ensino por ordem do governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira, 1936.

SOTO, William Héctor Gómez. A crise da sociologia rural no Brasil e suas tradições teóricas. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 11, p. 257-288, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima. *Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Roberto Aparecido. *Representações da periferia no cinema brasileiro: do neorealismo ao hiper-realismo*. 2012. 239 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/teixeira\\_ra\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/teixeira_ra_me_mar.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2012.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 143-152.

## Filmografia

DOIS FILHOS DE FRANCISCO: A HISTÓRIA DE ZEZÉ DI CAMARGO & LUCIANO. Direção: Breno Silveira. Produção: Luiz Noronha; Leonardo Monteiro de Barros; Pedro Buarque de Hollanda e Breno Silveira. Intérpretes: Márcio Kieling; Thiago Mendonça; Ângelo Antônio; Dira Paes; Paloma Duarte e outros. Roteiro: Patrícia Andrade e Carolina Kotscho. Rio de Janeiro: Conspiração Filmes, 2005. (132 min.).

OS NARRADORES DO VALE DE JAVÉ. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Intérpretes: José Dumont; Gero Camilo; Rui Resende; Luci Pereira; Matheus Nachtergaele; Néelson Dantas; Néelson Xavier e outros. Roteiro: Eliane Caffé e Luiz Alberto de Abreu. Rio de Janeiro: Bananeira Filmes, 2004. (102 min.).